

KUPFER, D. A (Re)descoberta da Pólvora. *Valor Econômico*, Rio de Janeiro, 21/09/2005.

---

## **A (Re)descoberta da Pólvora**

21/09/2005

O Relatório do Desenvolvimento Humano 2005, recentemente publicado pela Organização das Nações Unidas, mais uma vez colocou o Brasil em posição desconfortável no *ranking* dos países. A manutenção do país na mesma 63<sup>a</sup> posição dos anos anteriores, como sempre, trouxe muito polêmica sobre a pertinência do indicador, que é mesmo muito incompleto. No entanto, o mais interessante da versão 2005 do Relatório não são os números que, de fato, “chovem no molhado”, mas o texto que analisa os resultados.

No quarto capítulo, denominado “Desbloqueando o potencial do comércio internacional para o desenvolvimento humano”, são enfocados os limites da hipótese da convergência, segundo a qual a liberalização comercial é suficiente para garantir o desenvolvimento econômico e reduzir as disparidades entre as nações. A posição crítica assumida pelo Relatório é bastante clara. Basta reproduzir a epígrafe, de autoria do escritor uruguaio Eduardo Galeano, escolhida para abrir o capítulo: “A divisão do trabalho entre as nações é que algumas se especializam em ganhar, outras em perder”.

O Relatório diz com todas as letras que (i) exportar não traz desenvolvimento e (ii) sem políticas industriais e tecnológicas eficazes, os países mais atrasados não conseguirão superar a barreira do subdesenvolvimento. Em relação à primeira proposição, diz o texto, se abertura fosse um indicador de progresso do grau de desenvolvimento humano, a América Latina deveria ser uma rematada história de sucesso. Os dados, porém, mostram o contrário. O Brasil, citado como exemplo, é o quarto maior exportador mundial de produtos agrícolas, mas tem mais de 10 milhões de miseráveis no campo. Em relação à segunda proposição, o relatório afirma que a integração aos mercados globais depende cada vez mais de capacitação industrial e tecnológica. A exportação de produtos primários ou semi-elaborados pouco contribui para essa finalidade. Já para obter competitividade nos produtos mais sofisticados, os países mais pobres necessitam de um Estado ativo para superar as dificuldades provocadas pela deficiência de informação, insuficiência dos mercados de capitais, fragilidade das instituições de suporte e outras desvantagens estruturais.

Mesmo não sendo a ONU a “porta-voz” mais representativa da ideologia das instituições supranacionais, que há anos se limitam a propagar a cantilena liberal do Estado mínimo e do

mercado máximo, proposições como essas sugerem um arejamento das idéias. Será que se está reconhecendo que o padrão de especialização da economia é importante para o desenvolvimento? Será que se está percebendo que o cerne da relação entre comércio internacional e desenvolvimento não está no quanto e sim no quê é exportado? Será que se está redescobrimo a pólvora?

Quando se observa *in loco* o funcionamento da economia, tornam-se evidentes as diferentes capacidades de alavancar desenvolvimento de distintas atividades produtivas. A questão está no valor agregado dos produtos, nas tecnologias utilizadas, nas características da organização das cadeias de produção e na densidade das malhas de serviços de apoio requeridas. Quem tiver a oportunidade de percorrer os rincões do país em visita aos Arranjos Produtivos Locais (APL) exportadores, que atualmente se multiplicam pelo território nacional, poderá observar essas diferenças a olho nu.

Na região de Cachoeiro do Itapemirim (ES), o visitante encontrará um APL de mármore e granitos, que já se encontra em estágio avançado de consolidação. São mais de 700 empresas dedicadas a extração das pedras, desdobramento dos blocos e polimento das chapas. Algumas dezenas de empresas são de grande porte, utilizam maquinário moderno e já exportam valores superiores a US\$ 200 milhões anuais. Quase toda a produção, porém, é de chapas semi-elaboradas, que seguem para a etapa de acabamento no exterior. Devido ao caráter extrativo da atividade e, principalmente, ao fato dela limitar-se a produção de semi-elaborados, a geração de empregos diretos é reduzida (cerca de 15 mil empregos), os empregos indiretos são poucos e a parcela da renda apropriada localmente é pequena. Como resultado, não se enxerga evidências de um processo vigoroso de desenvolvimento local. Ao contrário, percebe-se forte degradação ambiental, deterioração urbana e outras mazelas características do crescimento desordenado.

Ao passar pelo APL de fruticultura irrigada localizado em Petrolina (PE) e Juazeiro (BA), o visitante encontrará um cenário completamente distinto. Especializado em uvas e mangas, a região tem conseguido exportações anuais superiores a US\$ 150 milhões. São milhares de produtores agrícolas de pequeno e grande porte além de empresas ou cooperativas empacotadoras, fabricantes de máquinas e insumos e empresas prestadoras de serviços. Estima-se em mais de 200 mil o número de pessoas direta ou indiretamente envolvidas no APL. Em função dos elevados requisitos de qualidade das frutas e do rigor das normas sanitárias exigidas pelos importadores na Europa e Estados Unidos, tanto a produção agrícola quanto as operações de embalagem são altamente tecnificadas. Em um lugar em que tudo é artificial – da “chuva”, coletada a quilômetros de distância, às sementes, desenvolvidas nos laboratórios da Embrapa – é historicamente forte a presença de instituições públicas e privadas dedicadas às tarefas de coordenação necessárias para o avanço sustentado da produção. Como resultado, vem se observando mudanças visíveis na economia local como atesta a presença de 15 cursos de ensino superior, 22 agências bancárias, 42 concessionárias de veículos, 1500 leitos de hotel, 33 supermercados, dentre outros serviços instalados na região.

Se o objetivo da política econômica fosse unicamente a exportação, não interessaria qual atividade produziu o dólar exportado. Porém, se o objetivo é o desenvolvimento do país, o dólar obtido com a exportação de um determinado produto pode valer muito mais que o mesmo dólar obtido com a exportação de outro. As diferentes situações dos APLs de frutas e de granitos sustentam essa constatação. No momento em que se discute qual deve ser a oferta brasileira na próxima rodada da Organização Mundial do Comércio em dezembro é importante que esses exemplos estejam

presentes nas mentes dos negociadores brasileiros. Reduções lineares nas tarifas de importação como, ao que parece, vem sendo defendido por uma corrente ligada ao Ministério da Fazenda, certamente desconsidera regras básicas sobre como as economias realmente funcionam.

David Kupfer é professor do Instituto de Economia da UFRJ e coordenador do Grupo de Indústria e Competitividade (GIC-IE/UFRJ) – [www.ie.ufrj.br/gic](http://www.ie.ufrj.br/gic) - [gic@ie.ufrj.br](mailto:gic@ie.ufrj.br)